

CALDEIRÃO: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A CULTURA DE CRATO-CE

ADELIANE VIEIRA DE OLIVEIRA

Universidade Regional do Cariri- URCA. E-mail: adelianeliveira19@gmail.com

JOSIER FERREIRA DA SILVA

Universidade Regional do Cariri- URCA. E- mail: josiersilva@ig.com.br

Introdução

O que se poderia denominar de patrimônio cultural da humanidade? Apenas aqueles que foram tombados e que tiveram o reconhecimento pela sua importância cultural e histórica para a humanidade? Que são anunciados pela mídia e que são constantemente visitados? Apesar de todas essas características, muitos patrimônios culturais, transformados em determinados bens por parte de agências de Estado, muitas vezes não são devidamente valorizados pela população.

O espaço é transformado pela ação humana, envolto das relações sociais que o modelam. Porém, ao se falar de patrimônio cultural os espaços envolvidos podem até ser modificados, mas a simbologia de significados e de valores permanece impregnada naquela porção limitada do espaço.

Os valores culturais permanecem e perpetuam no tempo e no espaço através do resgate da memória dos que ali viveram e de tudo que permanece na mente das pessoas que ouviram falar da história e que conservam para si os valores e costumes tidos naquele espaço emanado pelo cultural e suas peculiaridades.

Partindo desses questionamentos chegamos ao sul do estado do Ceará, ao Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, marcado por um histórico de luta, ajuda mútua e um exemplo fiel da religiosidade. Formado e liderado pelo beato José Lourenço seguidor do Padre Cícero Romão Batista. Que apesar do local não ser reconhecido como patrimônio cultural pelo Estado, é visto assim pela população

local que o considera um símbolo histórico e um marco cultural importantíssimo para história e memória da cidade de Crato- CE.

Dessa forma o devido trabalho objetiva resgatar a importância cultural que o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto possui para a cidade de Crato – CE no decorrer dos 250 anos da história dessa cidade. Este estudo será feito a partir de pesquisa bibliográfica em livros, jornais e revistas, sites.

Conhecendo a história do Caldeirão

Tudo começa com a chegada do Beato Jose Lourenço a região do Cariri, sul do Ceará. Silva e Piancó (2005) destacam que nascido provavelmente em 1870 no município de pilões de dentro, estado da Paraíba, Jose Lourenço teria saído de casa ainda muito jovem para trabalhar nas fazendas de gado, no trato dos animais. “Ao retornar para casa, após anos de ausência, soube que seus pais haviam mudado para Juazeiro do Norte no Ceará – lugar que se tornara um polo de atração devido a fama do Padre Cícero” (ARAUJO, 2005, p.39 apud SILVA e PIANCÓ, 2005, p.129).

Segundo relatos, nesta ocasião, aconselhado pelo padre Cícero, o beato arrenda as terras do sítio Baixa Danta pertencente ao Coronel João de Brito no Município de Crato, e ali, juntamente com sua família, alguns romeiros seguidores do Padre Cícero e trabalhadores rurais passam a organiza-se e produzir coletivamente. La existia pomares plantações, criação de animais, etc..

Depois de trinta anos de trabalho e dedicação a terra o Coronel João de Brito vende o Sitio Baixa Danta arrendado ao Beato desapropriando e que sediava a comunidade sem nenhum tipo de indenização. Sem muitos recursos, apenas com algumas reservas da antiga organização o Beato recorre ao Padre Cícero, que lhe cede 800 hectares de terras de sua propriedade, localizado no município de Crato. Para Ramos (2011, p.59), “o nome Caldeirão vem de uma formação natural de pedra, que parece uma grande panela e con-

serva água em seu interior”, portanto atribuído em decorrência da sua caracterização geológica.

Cabe ressaltar que em 1926, ano de iniciação do caldeirão houve a necessidade de construir casas para abrigar as famílias fazendo-se necessário o desmatamento para a iniciação dos processos produtivos nas terras sempre em caráter coletivo.

Podemos compreender então que a forma de produção agrícola do Caldeirão era uma forma de veras revolucionaria dentro das condições sociais do Brasil e particularmente do Nordeste. Não era apenas uma forma de produção onde existiam associações cooperativistas. Era um sistema cooperativista dentro do próprio grupo, o que vale dizer que já praticavam um sistema socialista mesmo sem conhecer as formas já existentes no mundo, tanto praticas como teóricas (MAIA, 1987, P.121 Apud SILVA E ALENCAR, 2009, p.131).

O início da organização e do trabalho nas terras do caldeirão, logo após a expropriação do Baixa Danta, não Foi nada fácil para as famílias, pois tiveram que começar praticamente do zero. Desmatar como já foi citado para depois plantarem e consequentemente construir suas casas. Conforme Maia (1987, p.15 apud Silva e Piancó, 2005, p.03),

No início, teriam que sobreviver com as reservas que traziam de Baixa Danta. O Beato não recebeu indenização pelas benfeitorias feitas na terra como: pomares, plantação de algodão, construção de casas, currais, mais tinha ele suas reservas feitas das colheitas tidas anteriormente, além de seus animais de carga, montaria, gado vacum e outros animais menores, e as sementes para a plantação das novas roças que seriam semeadas antes do próximo inverno.

Para uma época onde apenas uma minoria detinha grande parte das terras próprias para o cultivo e a agricultura, cabe destacar que o coletivismo presente no Baixa Danta e posteriormente na organicidade do Caldeirão, favorecia a comunidade no sentido de

possuir alguns bens como vimos acima. Pois em um regime coronealista como o daquela época isso se tornaria impossível quando apenas um ou dois lutassem ou trabalhassem por se próprio o desgaste e o desanimo nesse caso tornar-se-ia visível.

O Caldeirão tornava-se, portanto, um local de trabalho coletivo e de oração. Neste sentido Ramos (2011, p. 66) coloca que “ninguém se considerava dono de coisa alguma. Como disse dona Marina o que era de um era de todos e nada era de ninguém”. Vale lembrar que após a chegada as terras doadas pelo padre Cícero, o Beato e comunidade como afirma Ramos (1990, p.31):

Nos primeiros anos, era uma comunidade agrícola. Com o passar do tempo e chegada dos sertanejos, os trabalhos vão se diversificando entre os agricultores chegam pedreiros, carpinteiros, ferreiros, pessoas entendidas na fabricação de objetos de flandres (copos, panelas, baldes, etc.).

O fato é que, trabalhando dessa forma a comunidade organizada pouco dependia das cidades vizinhas. Com o passar do tempo o caldeirão passa a produzir um pouco de tudo, desde a confecção de roupas a pomares, alimentos, casa de farinha, etc. De acordo com Sousa e Carvalho (2012, p. 81), “o trabalho e a oração mobilizava e mantinha coesa a comunidade”. Vale destacar que, o Caldeirão tinha por sua vez uma organização voltada para a prática social, embora não tivessem um conhecimento científico de tais práticas. “As bases do movimento estão implantadas nas diversas formas sociais de inserção dos diferentes seguimentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária e no processo de produção agropecuária”. (GRAZYBOWSKI, 1991, p. 17).

Neste sentido o Caldeirão tornava-se uma comunidade autossuficiente. Como afirma Maia (1987), apud Silva, 2007, p.07:

Fabricando tudo de que necessitava, o Caldeirão se torna uma comunidade autônoma, necessitando minimamente recorrer ao comércio das cidades vizinhas para comprar

aquilo quer consumiam e utilizavam cotidianamente. Quando recorriam ao comércio era para comprar querosene para a iluminação ou remédios para a população.

Essas vertentes de autonomia do Caldeirão são confirmadas na seca que assolou o Nordeste Brasileiro em 1932, enquanto o governo traçava como centros de concentração, denominados como Campos de Concentração pelo Estado, porém eram conhecidos flagelados com “Currais do Governo”, uma vez que eram tratados como animais que precisam ser presos e encurralados para não causar incomodo, pois o objetivo principal dessa medida era impedir que os retirantes chegassem à capital.

A comunidade, entretanto, os tratou como seres humanos, ou seja, com respeito e dignidade por isso, o número de moradores logo cresceu de maneira significativa, chegando a abrigar cerca de mil pessoas nos anos de 1930, no entanto, se mantinha organizada e atendia a dezenas de pessoas que a ela recorria. De acordo com Ramos (2011, p. 77), Os campos de concentração tinham, além de caráter assistencialista, um forte sentido de controle. Era uma forma de prender o sertanejo para ele não invadir as cidades e incomodar o comércio.

Com toda a sua habilidade para lidar com a terra e ao mesmo tempo organizar os trabalhos comunitários, o Beato José Lourenço, líder comunitário mesmo antes da morte do Padre Cícero era alvo de diversas calúnias por parte de forças superiores. Ele e seus companheiros eram tidos como um bando de fanáticos e embusteiros. Com a morte do Padre Cícero as perseguições só aumentaram devido ao grande número de romeiros que chegavam a Juazeiro para as quais o Beato dirigia o seu discurso, que se voltava apenas para a comunidade do caldeirão.

A organização do Beato José Lourenço para com as terras do Caldeirão, bem como a forma de trabalho e posteriormente a transformação das terras em sítios produtivos era algo que despertava certa ambição aos olhos dos Coronéis. Também gerava um certo receio, uma vez que os seus arrendatários, teriam melhores con-

dições de vida na comunidade, onde não seriam mais explorados, uma vez que eram estes que sustentavam o poder dos coronéis, os dominadores dos sertões nordestinos.

Para as elites do lugar, o caldeirão do Beato José Lourenço tratava-se de um fenômeno que independente da sua consciência histórica, colocavam em questão a lógica dominante fundada na opressão e na exploração da força de trabalho sertaneja que as grandes fazendas concentradas nas mãos de uma minoria, não poderiam prescindir. (SOUSA E CARVALHO, 2012, p. 46).

O fazer coletivo e religioso do Caldeirão chamava a atenção de muitos. Neste sentido os Coronéis como elite dominante da época se sentiam ameaçados e seu temor maior era que essa comunidade viesse a se tornar uma revolta sangrenta semelhante à de Canudos, na Bahia.

Pois no Caldeirão, os saberes e práticas educativas, por sua vez, que se somavam ao intenso trabalho coletivo eram contrastantes com a realidade socioeconômica, inclusive educacional, que se formava a paisagem Cearense, especificamente do sertão (SOUSA e CARVALHO, 2012, p. 58).

Diante desses fatos os coronéis caririenses juntamente com as forças políticas de Fortaleza e a polícia decidem por um fim na organização do Caldeirão, sendo que o primeiro ataque militar ocorreu no dia 10 de setembro de 1936.

Conhecida como o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, a comunidade foi destruída e bombardeada – a primeira vez que as Forças Armadas usaram aviões para um massacre no Brasil – em 1937, por ordem do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, durante o governo de Getúlio Vargas. (Revista Aventuras na História, 2005).

Nesta ocasião foram destruídas diversas casas e população passou a viver de forma clandestina em outra localidade denomi-

nada “Mata dos Cavalos”, até o retorno ao Caldeirão. “Os aviões realizaram voos rasantes sobre a localidade de mata dos cavalos, onde estavam refugiados os moradores expulsos do Caldeirão” (SILVA e ALENCAR, 2009, p. 135).

O segundo ocorreu em 09 de maio 1937, onde o Caldeirão foi cercado por policiais. Colocando um fim em um dos maiores exemplos de organização comunitária no Ceará. As percas para a comunidade foram enormes e dezenas de pessoas perderam suas vidas. Mas a memória permanece, pois de acordo com SANTOS (2002), “aquilo que é criado pela vida não pode ser morto ou imóvel”.

Diante do exposto fica clara a necessidade de resgatar esse passado como forma de simbolizar e solidificar a cultura de Crato-Ce. Destacamos de maneira especial os moradores do assentamento 10 de Abril localizado na mesma cidade, que se sente remanescente do Caldeirão, não por laços sanguíneos, mas por apropriação de sua memória, por admiração pela forma de luta e coletividade. De acordo com Passamai (2013, p. 90),

O olhar técnico especializado nem sempre, para dizer quase nunca, é compartilhado com outros sujeitos na sociedade. São inúmeros os casos no Brasil, em que a preservação levada a efeito pelas agências estaduais e federais instaura uma arena de conflitos entre essas e os poderes e as populações locais.

Os patrimônios não são apenas monumentos, os chamados “pedra e cal”, são frutos de ações humanas, sociais e culturais. A historiografia brasileira tradicional, inspirada nas concepções positivistas privilegiou as a ação dos heróis nacionais com o intuito de construir uma identidade nacional.

Somente a partir da década de 80, em parte da renovação da historiografia brasileira, que passou a resgatar em suas pesquisas a participação dos “excluídos da história oficial” que é a ação preservacionista em nosso país passou a dar atenção a bens e valores culturais de outros segmentos so-

ciais e minoria étnicos-culturais. Exemplos disso foram o tombamento, nível Federal da Serra da Barriga, local onde se desenvolveu o maior quilombo da história do Brasil- Palmares, situado no atual estado da Bahia; o tombamento da região onde se desenvolveu o Arraial de Canudos, numa tentativa de recuperar a memória de um dos mais importantes movimentos populares da história nacional, liderado por Antônio Conselheiro. (ORIÁ, 1997, p.136).

Indagamos assim quanto à resistência em reconhecer a comunidade do Caldeirão, que por diversas vezes é comparada a Canudos e considerada uma referência em termos de luta no Ceará. Uma vez que já possuí esse reconhecimento por parte da população de Crato. Acreditamos que a memória é uma arma política, então a quem interessaria a sua memória ou o seu esquecimento?

A memória constitui uma das formas mais fortes e sutis de dominação e da legitimação do poder. Neste sentido, os grupos dominantes vencedores na história tentam impor sua visão e a perpetuação de uma memória da dominação. Aos vencidos restam apenas o esquecimento e a exclusão da história e da política preservacionista. (ORIÁ, 1997, p. 136).

A quem interessaria este silêncio? Muito provavelmente aos mesmos setores da sociedade que auxiliaram em sua destruição, pois, “o poder central, insuflado pelas autoridades cearenses, temiam que o beato pudesse transformar o seu vilarejo em mais um Canudos, episódio que ainda assombrava os militares” (REVISTA AVENTURAS NA HISTÓRIA, 2005). Não nos interessa, todavia, procurar a verdade ou reconhecer os culpados por este terrível atentado, pretendemos apenas reaver uma memória de um episódio que marcou a história do município de Crato, para que está não se perca, não seja soterrada nos escombros de uma história muitas vezes manipulada pelas classes dominantes. Mas, que seja vista como realmente é como um “bem cultural” como sendo este,

Toda produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia. (GODOY apud ORIÁ, 2007, p.132).

Conhecer o passado histórico é um direito que o cidadão possui, uma vez que se inscreve no contexto da cidadania cultural e na acessibilidade de conhecer seu passado, sua tradição e sua história através de bens materiais e imateriais, através da memória e do seu resgate.

Ainda refletindo

Consideramos que apesar do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto não ser considerado (ainda), um patrimônio cultural da humanidade fica claro seu significado para as pessoas que conhecem sua história e sua memória singular na região. Fazendo-se necessário, portanto um reconhecimento por parte das autoridades vigentes para que esse episódio da história do Crato e do nordeste em si não se perca em meio aos diversos tipos de esquecimentos existentes.

Assim, o Caldeirão é um marco cultural importante para sociedade cratense por se tratar da memória coletiva de um povo que apesar das dificuldades não deixou de trabalhar, viver sua religiosidade e de exercer seu papel cidadão ajudando e acolhendo as pessoas que ali buscavam auxílio. Sendo que esses quesitos não tinham nenhum significado para as forças que o destruíram, mas resta-nos a certeza de que a arma maior está nas mãos da sociedade: a memória e a luta pelo não esquecimento.

Referências bibliográficas

CORDEIRO, Domingos Sávio de. **Um Beato Líder: Narrativas Memoráveis do Caldeirão**. Fortaleza: Editora da UFC, 2004.

FILHO FIGUEIREDO, José de. **História do cariri**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis; Vozes, 1987.

ORÍÁ, Ricardo. **Memória e Ensino de História**, in: **O saber histórico na sala de aula**/ Circe Bittencourt (org.) – São Paulo: Contexto, 1997. – (Repensando o Ensino). Vários autores.

PASSAMAI, Z. R.. Patrimônio e Identidade: qual o lugar da história. In: SILVA, Adriana Fraga da; GASPAROTTO, Alessandra; AL-ALAM Caiuá Cardoso; FERRER Everton de Oliveira; FRAGA, Hilda Jaqueline de; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. (Org.). **Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras**. 1ed. Porto Alegre: EVANGRAF, 2013, v. , p. 87-98.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **Caldeirão: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades**. Fortaleza: 2ª edição-NUDOC/UFC, 2011.

REVISTA AVENTURAS NA HISTÓRIA. **Ceará: nos campos da seca**. (01/02/2005) Acesso em 28 de abril 2014, disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/ceara-campos-seca-434018.shtm>.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma geografia Crítica. São Paulo: edusp, 2002.

SILVA, Judson Jorge da. ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação, onde tudo se (re) constrói: Experiências e Memórias nas Lutas por Terra da Região do Cariri-CE**. Presidente Prudente, 2009.

SILVA, Judson Jorge da. PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. **Assentamento 10 de Abril em Crato (Ceará): O sonho de um novo caldeirão**. Presidente Prudente, 2005.

SOUZA, Célia Camelo. **Caldeirão: Saberes e Práticas educativas**. UFC edições. Fortaleza, 2012.